

“O FIM DA RAZÃO CRÍTICA?”: O USO DE IA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL*

Késia Thayza Alves Xavier¹

Introdução

Nos últimos anos, o debate sobre o uso de Inteligência Artificial (IA)² toma a cena acadêmica brasileira. O debate ocorre na arena de análise dos impactos que o uso da IA pode trazer para a capacidade de desenvolvimento de capacidade reflexiva dos alunos. De um lado, há os que defendem o uso enquanto possibilidade de ampliação de avaliação de dados que supera as capacidades humanas próprias; do outro, aqueles que apontam a acomodação e limitação de potencial reflexivo mediante as facilidades trazidas pela Inteligência Artificial.

Sendo assim, partimos de Marx (2017), quando ele nos diz que o trabalho teleológico é o que funda o ser humano enquanto ser social, capaz de alterar a natureza e a si mesmo em um processo mútuo de transformação e desenvolvimento. A famosa frase “... *uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o*

* DOI - 10.29388/978-65-6070-184-7-0-f.88-103

¹ Assistente social, especialista em atenção à saúde da criança pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pós-graduada em Serviço Social, política social e previdência social pela Faculdade Maciço Baturité; mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFRN, bolsista da CAPES, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7740-9758>, E-mail: kesia.xavier.098@ufrn.edu.br.

² Conforme Bandeira & Aquino (2020), surgiram no campo das ciências exatas e da engenharia projetos de avanços tecnológicos voltados para a construção de máquinas inteligentes, portadoras de certas capacidades que se assemelhavam a capacidades humanas, como, por exemplo, pensar, analisar dados, tomar decisões. Desta forma, a Inteligência Artificial abrange um conjunto de tecnologias que permitem que os computadores aprendam, raciocinem e realizem várias tarefas avançadas de maneiras parecidas à racionalidade humana.

início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera” (MARX, 2017, p. 188).

A educação também deve ser analisada por este corolário sobre o trabalho. Posto isto, enquanto processo de desenvolvimento humano permeado por valores culturais e éticos, é por meio da educação que formamos habilidades e competências necessárias a nós mesmos e ao meio social em que nos inserimos. Um processo, assim como o trabalho de transformação conjunta. Segundo Freire (1996), a produção do conhecimento não está descolada do que ele considera curiosidade ingênua aprofundada na curiosidade epistemológica.

Esta curiosidade, para Freire (1996), é a vontade de saber por meio do questionar, promove a razão crítica sobre si, sobre o meio e sobre o outro. Esta criticidade transmuta sujeitos pacientes em impacientes, com capacidade de enxergar criticamente sua realidade e, quem sabe, moldá-la de forma a atender os seus anseios e os da coletividade.

Neste esteio, o Serviço Social, por meio das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, afirma que a formação de assistentes sociais se encontra inscrita no meio das contradições sociais capitalistas, e que, portanto, faz-se necessário que os cursos de Serviço Social consigam desenvolver habilidades e competências para lidar criticamente com as expressões da Questão Social que se apresentam no cotidiano da profissão.

Tal fato encontra-se alinhado ao Projeto Profissional iniciado na segunda metade dos anos de 1980 e amadurecido no início da década de 1990, em que é proposta a vinculação deste Projeto a uma proposta de sociedade radicalmente democrática. Redimensionar o papel da profissão requeria novos saberes pautados na capacidade de análise crítica da sociedade brasileira, sua formação sócio-histórica, os fundamentos históricos da profissão e as desigualdades sociais que se apresentavam diante do desenvolvimento do capitalismo.

Posto isto, retomamos Freire (1996) em sua defesa de uma educação calcada na realidade do sujeito enquanto ferramenta de

transformação. O Serviço Social, portanto, vincula-se a esta proposta de formação de corpo profissional capaz de ver a totalidade dos sujeitos e da sociedade, para dar conta do projeto de transformação societária presente no Projeto Ético Político Profissional (PEP). Para tanto, o desenvolvimento da habilidade de capacidade crítica é essencial e deve estar presente nas academias e cursos de Serviço Social para corresponder às novas necessidades de formação de profissional que corroborem com o PEP.

Sendo assim, este trabalho é fruto de uma revisão de literatura possibilitada a partir da disciplina de Docência no Ensino Superior ofertada no Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN) e tem por objetivo analisar os impactos do uso da Inteligência Artificial no processo de formação profissional de assistentes sociais.

Dito isto, compreendemos que a dinâmica contraditória e desigual da sociedade capitalista só consegue ser entendida em sua totalidade por meio da teoria crítica, pois a realidade não é um conjunto desconexo de acidentes causais desconhecidos; pelo contrário, trata-se de uma articulação em movimento contraditório entre o singular, o particular e o universal; assim como de determinado processo histórico e social em que tais dimensões se mostram na totalidade do ser social.

Para tanto, o artigo foi dividido em duas partes, nas quais, na primeira, apresentamos o desenvolvimento histórico da formação em Serviço Social, a partir da segunda metade da década de 1990, analisando as contradições conjunturais e seus impactos para os cursos de graduação em Serviço Social. Na segunda parte, avaliamos o avanço tecnológico e utilizzo de inteligência artificial na formação profissional, bem como os riscos e potencialidades para a construção do pensamento crítico de assistentes sociais diante das requisições institucionais por meio da supervalorização da racionalidade prática.

1. Diretrizes curriculares da ABEPSS: compromisso ético com a formação profissional na contracorrente do capitalismo contemporâneo

Em 1996, após realização do diagnóstico ABEPSS/CE-DEPSS/ENESSO - Relatório Síntese dos Impasses e Tensões da Formação Profissional. Sistematização dos relatórios das oficinas regionais. Recife, maio de 1995. A ABEPSS elaborou uma proposta para as diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Serviço Social.

A proposta compreendia que, mediante a reconceituação profissional ocorrida na década de 1980, novos contornos foram trazidos para a profissão entendendo sua íntima ligação com o trato da Questão Social na sociabilidade capitalista. Sendo assim, conforme a ABEPSS (1997), partindo do pressuposto de que a profissão da/o assistente social é atravessada pela transformações sociais tanto na realidade brasileira quando no contexto internacional se fazia necessário realizar uma revisão das diretrizes de formação profissional sob as seguintes conjecturas: a) a particularização do Serviço social enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho e sua natureza interventiva na Questão social; b) a relação embrionária entre Serviço Social e Questão social é frutos de processos históricos e teórico-metodológicos; c) o aprofundamento das desigualdades sociais e consequentemente da Questão social tornam necessárias uma mudança no direcionamento da profissão; e d) os processos de trabalho do Serviço Social são socialmente determinados tanto pelas conjunturas quanto pelas configurações estruturais da Questão Social.

Desta forma, as novas competências profissionais requisitadas versavam sobre o desenvolvimento da capacidade crítica do profissional de modo a compreender a totalidade das relações sociais, compreendendo as particularidades da formação sócio-histórica brasileira e sua incidência sobre as demandas e requisições postas para a práxis profissional, entendendo ainda o significado social da profissão, bem como suas possibilidades de ação, competências e

atribuições conforme preconizam o Código de Ética do Serviço Social e a Lei de regulamentação da profissão.

Para tanto, de acordo com as diretrizes curriculares de 1996, os cursos de graduação em Serviço Social teriam como princípios, dentre outros: a ética enquanto princípio formativo; a compreensão do trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, de modo a construir respostas qualificadas para demandas e requisições apresentadas; a adoção da teoria crítica como única possibilidade de apreensão da totalidade social; a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional (ABEPSS, 1997).

Contudo, a conjuntura de efervescência das lutas sociais que germinaram o processo de reconceituação profissional entre a segunda metade da década de 1980 é podada, principalmente, nos anos de 1990 por meio da neoliberalização política e econômica no Brasil.

Sendo assim, partimos da tese defendida por Bhering (2018) de que a história do Brasil – principalmente a partir da década de 1980 – é marcada pelo discurso da necessidade de ajuste das contas públicas. Dito isto, conforme a autora, só entre 1980 e 1994 houve 14 planos econômicos com o objetivo de “*estabilizar a economia*”. A narrativa de necessidade da redução de despesas e o aperto das contas com os gastos sociais permanece ativa por meio do argumento de que se precisa reformar o Estado para serem contidas as crises financeiras, inclusive nos governos ditos progressistas.

Bhering (2018) afirma que estas “reformas” são implementadas por meio das “*privatizações, das desvinculações orçamentárias (FSE, FEF, DRU), no superávit primário, na Lei de Responsabilidade Fiscal, na prática de juros altíssimos, e no pagamento de juros e encargos e amortização da dívida pública*” (p. 05), que em contrapartida impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados, no acesso a direitos sociais e na vida da população brasileira, principalmente da classe trabalhadora cada vez mais pauperizada.

A ingerência dos organismos internacionais em prol do “desenvolvimento econômico” passa a alcançar as mais diversas políticas sociais sob a égide da privatização e do desfinanciamento para destinação de recursos para o pagamento da chamada dívida pública.

Neste mesmo período de neoliberalização da economia brasileira, a política de educação também passa por momentos de reformulação em atendimento aos requisitos neocoloniais do capitalismo central. A exemplo disto, temos o chamado Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO, "Educação: Um tesouro a Descobrir", popularmente conhecido como Relatório Delors de 1996.

Conforme Borges (2016), este relatório é gestado durante o momento de crise estrutural e reestruturação produtiva capitalista, implementado em diversos países e tendo grande impacto na agenda de políticas públicas de educação no Brasil, tais como o Plano Nacional de Educação e as Diretrizes Básicas da Educação Nacional pela adoção da pedagogia dos resultados, em que a promulgação da Lei das Diretrizes Básicas (LDB) afirma que os objetivos para a educação seriam atingidos a longo prazo por meio de estabelecimento de metas demonstradas por meio de relatórios e exames. Para o autor, o relatório aborda a educação enquanto a varinha mágica da conciliação de classes, conseguindo reduzir as desigualdades regionais e entre os países por meio da formação de sujeitos que não necessitam

[...] dos conflitos para sobreviver, pelo contrário, ele é pela educação preparado para superar a si mesmo, suas dificuldades e as dificuldades da sociedade em que está inserido, contribuindo individualmente para resolução/harmonização dos problemas locais e globais (BORGES, 2016, p. 19)

Para tanto, o chamado “sujeito Delors” deveria possuir competências para lidar com conflitos, sendo estas: a) aprender a conhecer; b) aprender a fazer; c) aprender a viver juntos; e d) aprender a ser. Contudo, este processo de formação do ser social, por meio da educação, encontra-se atravessado pelos interesses da acumulação de

capital em um contexto de crise. O “sujeito Delors” é o indivíduo neoliberal, que requisita a si a resolução dos problemas, que se utiliza da solidariedade para atendimentos das necessidades sociais, que não critica o sistema para não gerar conflitos, que possui um perfil paciente, diferente da impaciente curiosidade de questionar e mudar o mundo defendidas por Freire (1996) na sua obra “Pedagogia da autonomia”.

Sendo assim, entende-se que a política de educação brasileira da década de 1990 toma rumos que vão de encontro ao que as Diretrizes Curriculares da ABEPSS adotam enquanto proposta de ensino e formação do corpo profissional, colocando o Serviço Social na contracorrente do modelo de educação do país.

Posto isto, um dos pontos importantes da LDB 1996 versa sobre a ampliação dos cursos de educação à distância. O art. 80 da Lei nº 9.394/96 diz que *“o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”*.

Nas palavras de Barreto (2019) *apud* Silva (2021), a mercantilização da educação por meio da expansão do Ensino à Distância (EAD), muito mais que democratizar, representou um nicho de acumulação de capital pelo setor privado, afetando diretamente o trabalho docente pela requisição de adoção de Tecnologias da Informação (TIC's), que ignoram as diferentes formas de acesso à tecnologia e as particularidades da formação brasileira de desenvolvimento desigual e combinado. Mesmo assim, a ampliação dos cursos de EaD segue cada vez mais numerosa, protegida pelo canto da sereia que versa melodicamente a canção de “democratização da educação”.

O Serviço Social não passa imune a tal problemática, mesmo tendo alcançado a estabilidade das Diretrizes Curriculares da profissão, mantendo seu posicionamento em favor do desenvolvimento do pensamento crítico por meio da adoção da teoria marxista. Com a expansão dos cursos EaD, tais direcionamentos se encontram postos na prateleira dos livros semi ou não utilizáveis, em virtude de serem *“ultrapassados”*.

Silva (2021) afirma que a oferta de cursos EaD é até 4 (quatro) vezes maior que as vagas em cursos presenciais. De acordo com o autor, essa necessidade de expansão de capital por meio do acesso privado à educação representa um risco à efetivação do projeto ético-político profissional por priorizarem, dentre outras coisas, a racionalidade burocrática por meio da supervalorização da dimensão técnico-operativa, em detrimento das teórico-metodológica e ético-política.

Desta forma, Silva (2021) defende que a expansão dos cursos EaD por meio de utilização de TICs serve como difusor do ideário burguês, e que as propostas curriculares destas formas de ensino têm se mostrado incompatíveis com a proposta de formação crítica profissional e com o projeto ético-político do Serviço Social, já que se fundamenta no aligeiramento da formação, das desvinculações e estratificação das dimensões profissionais, no apostilamento dos conteúdos e na dissociação entre ensino, pesquisa e extensão.

Este movimento é fruto das requisições do capitalismo para garantir seu processo de acumulação. Mesmo os Órgãos de representação profissional, como o Conselho Federal e Conselhos Regionais de Serviço Social, posicionando-se efetivamente contra a expansão desenfreada de cursos de graduação sem atendimento mínimo aos requisitos mínimos trazidos pelas Diretrizes de 1996, a máquina de moer conhecimento e corpos humanos, que significa o modo de produção de capital, coloca cada vez mais limites para sua execução.

No próximo ponto, abordaremos as novas requisições profissionais e a revolução tecnológica apresentada pela Inteligência Artificial e seus impactos para a formação profissional.

2. Inteligência artificial e formação profissional em serviço social: as novas requisições do capitalismo na contramão da formação qualificada

Vivemos em um momento de revolução tecnológica. A inteligência artificial tem se tornado um grande campo de

conhecimento ao mesclar características humanas e a capacidade de avaliação de computadores, sendo utilizada nos mais diversos âmbitos da vida humana e sociedade. Desta forma, o debate em torno da ética e do uso de IA, principalmente nos espaços acadêmicos e de produção de conhecimento, tem se tornado cada vez mais presente.

Assim sendo, historicamente, o surgimento da IA data do século XX. Nas palavras de Bandeira & Aquino (2025), a Conferência de Dartmouth, Estados Unidos, em 1956, foi o momento em que definiram o termo como sendo a ciência e a engenharia a fim de criar máquinas inteligentes; tal inteligência se assemelha a capacidades humanas de pensar, analisar dados, tomar decisões etc.

A IA, além das capacidades para pesquisa científica, possui lastro. Desta maneira, expressa em si os interesses contraditórios do mercado voltados para acumulação privada de capital. Não há como se falar, portanto, em neutralidade tecnológica. Desta forma, a inteligência artificial carrega as contradições do capitalismo, estando a favor da acumulação privada de riqueza em um contexto de aprofundamento das desigualdades sociais, principalmente pós-pandemia da COVID-19.

No campo da educação, os entusiastas do uso da inteligência artificial defendem sua capacidade de otimização das pesquisas e facilitação na produção de trabalhos acadêmicos, aumentando o que se entende por produtividade (ou seria produtivismo), além de suporte à tomada de decisões com base na análise de desempenho dos estudantes (BANDEIRA & AQUINO, 2025). Tais qualidades têm tornado o uso de IA cada vez mais palatável entre os estudantes de graduação.

A Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES) realizou uma pesquisa com 300 estudantes, divididos nas 5 regiões do país. Conforme os dados, cerca de 70% dos entrevistados afirmaram utilizar IA na rotina de estudos, ou seja, 7 em cada 10 alunos. Os dados que aparecem na pesquisa versam sobre a percepção dos estudantes quanto à incorporação de IA pelas instituições de ensino, em que 74% afirmaram que este fato é considerado importante.

Quanto aos benefícios do uso de Inteligência Artificial, os entrevistados apontam, dentre outras coisas: possibilidade de

aprendizagem em qualquer tempo e lugar; diversidade de informações e conteúdos acessados; maior eficiência e rapidez na tomada de decisão; possibilidade de personalização de ensino; e redução de custos com materiais e infraestrutura de ensino (ABMES, 2024). Neste contexto, exemplificam-se formas de moldagens de comportamentos em atendimento à sociedade da pressa e do imediatismo requerido pelo modo de produção capitalista contemporâneo.

No campo do Serviço Social, as discussões acerca do uso de IA são acompanhadas do debate sobre a utilização de Tecnologias da Informação, tanto na formação quanto na atuação profissional. Posto isto, as novas configurações do mundo do trabalho requerem da profissão competências quanto ao uso de sistemas de informação que fazem parte do cotidiano da profissão.

De acordo com Antunes (2020), nos encontramos diante de um movimento de tendência do capitalismo global diante do uso das tecnologias da informação e comunicação, alinhadas a um processo de intensa precarização das relações de trabalho, enquanto a acumulação privada de capital ocorre de maneira até então sem precedentes. Assim sendo, a inteligência artificial, a *big data*³, entre outras TIC's vão substituindo atividades consideradas tradicionais e ampliando a acumulação de trabalho morto⁴, aumentando o exército industrial de reserva, dos trabalhadores informais e dos contratos intermitentes.

Pensando na realidade do Serviço Social brasileiro, Valentim & Paz (2022) afirmam que o uso de Tecnologias da Informação pelo Estado acompanha a implantação e o desenvolvimento do neoliberalismo no país na década de 1990 sob a ideia de democratização do acesso aos direitos sociais. Contudo, longe de democratizar as políticas e serviços sociais, a utilização das TICs representa a

³ Corresponde a softwares capazes de analisar grandes volumes de dados voltados para tomadas de decisão e gestão financeira e de oportunidades para negócios e afins.

⁴ Segundo Marx (2017) o trabalho morto corresponde a produção da atividade desenvolvida por máquinas para a produção de mercadorias. Contudo, mesmo ampliando em grande escala a produção de mercadorias, o trabalho morto não conseguiria gerar mais-valia. Somente o trabalho vivo, fruto da atividade humana propriamente dita, consegue gerar valor.

burocratização para viabilização do não acesso aos direitos sociais. Para além do fortalecimento da racionalidade burocrática, o uso das TIC's tem se apresentado na graduação em Serviço Social como requisição de especialização do fazer prático.

Neste ínterim, aliado aos cursos EaD, tem ganhado cada vez mais espaço, principalmente nas faculdades privadas, grades curriculares que caminham na direção da tecnificação profissional em atendimento às requisições de mercado. A exemplo disto, temos disciplinas de Inteligência Artificial Aplicada e ausência de disciplinas tais como Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social, como no caso da UNINASSAU-PE⁵.

Sendo assim, uma profissão de formação generalista crítica, que tem como proposta para a formação profissional, dentre outras coisas, o desenvolvimento da capacidade de análise para intervenção competente e ética, vai cada vez mais sendo cooptada pela ampliação dos cursos EaD e o fortalecimento da lógica neoliberal.

Guerra (2013) afirma que na sociedade capitalista o Serviço Social cada vez mais é chamado para intervir nos comportamentos individuais para de administração de conflitos ou tecnologia de solução de problemas, por meio de atendimento imediato às demandas que impactam de alguma forma o cotidiano no qual os sujeitos usuários se inserem. Por conseguinte, a lógica de mercado presente na educação privada, principalmente, objetiva o fortalecimento destas práticas imediatistas por meio do esvaziamento da racionalidade crítica do sujeito profissional.

Não há, contudo, estudos específicos quanto ao uso de Inteligência Artificial na graduação em Serviço Social por parte dos discentes; o que temos é a análise crítica macrosocial diante do avanço do movimento de informatização e digitalização da vida social, que, em um contexto de desigualdades sociais, tem implicado inúmeros limites

⁵ UNINASSAU/PE. **Grade Curricular do Curso de Serviço Social.** Disponível em: <https://vestibular.uninassau.edu.br/curso/83/1019/1/servico-social/Recife-PE>

para efetivação da democracia digital enquanto de acesso aos direitos sociais.

O que podemos compreender é que o uso massivo de IA nos retira do potencial reflexivo crítico do ser humano e nos transforma em extensão da máquina. Esse movimento fortalece o conservadorismo e o pragmatismo profissional ao colocar a formação cada vez mais ao lado dos interesses do capital. Posto isto,

A supressão das mediações teóricas e ideopolíticas, própria da apreensão da realidade na imediatividade do cotidiano, leva a uma apropriação da realidade como carente de mediações. A abstração das mediações como resultado de uma apreensão da realidade na sua imediatividade é o procedimento da consciência comum, própria do cotidiano, que não questiona a gênese e não alcança a apreensão dos fundamentos (GUERRA, 2013, p. 41).

Neste segmento, ganha mais ascensão o discurso de “na prática a teoria é outra”, em que o cotidiano passa a ser o chão concreto do conhecimento e da verdade, sendo este o modo de atuação interventiva burguesa.

Assim sendo, Iamamoto (2004) foi enfática ao afirmar que, quando as exigências do mercado extrapolam o projeto defendido nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a *“formação profissional aqui referida não se reduz à oferta de disciplinas que propiciem uma titulação ao Assistente Social para responder a uma condição para sua inserção no mercado de trabalho”* (p. 162), e que, sendo assim, defendia uma formação de profissionais qualificados para a investigação, intervenção e produção de conhecimento sobre os espaços sócio-ocupacionais que ocupam, alinhada às determinações sociais e históricas da formação do Brasil.

Posto isto, não cabe reduzir a formação para atuação em práticas rotineiras, burocratizadas, empiristas e tarefeiras. Para além das demandas já estabelecidas, o conhecimento analítico-crítico tem possibilidades de recriar o perfil profissional, indicando e antecipando perspectivas sócio-conjunturais, e não somente a intervenção no imediato. Entende-se que

Na direção apontada, a formação profissional supõe um sólido suporte teórico-metodológico, necessário à reconstrução da prática e ao estabelecimento de estratégias de ação; supõe, ainda, a preparação no campo da investigação como um eixo privilegiado para o aprimoramento da qualificação científica do assistente social e da produção teórica sobre questões pertinentes a seu campo de atuação e realidade social mais ampla (IAMAMOTO, 2004, p. 164)

Sendo assim, o espraçamento do uso de Inteligência Artificial e sua incorporação nos currículos acadêmicos jogam luz sobre um movimento do conservadorismo moderno que privilegia a ação prática. De acordo com Iamamoto (2004), o conservadorismo não se encontra presente somente na imagem social que se tem da profissão; ele se encontra presente e dominante na formação profissional brasileira, apresentando-se pelo recorrente apelo à tecnificação, ao aperfeiçoamento dos instrumentais operativos voltados para o estabelecimento de padrões, à sofisticação de modelos e de metodologias de ação e crítica ao processo crítico-reflexivo.

Desta forma, podemos estar caminhando para uma guinada conservadora na formação profissional diante do enfoque para a capacitação prática das tecnologias da informação. E, portanto, precisamos estar em alerta para a construção de barricadas de resistência a essa forte onda que cada vez mais se aproxima. Contudo, longe de propor a recusa total do uso da IA, queremos refletir sobre as possibilidades de apropriação de uma tecnologia produzida pela burguesia, mas que esteja em atendimento ao fortalecimento da produção do conhecimento crítico. Me parece que nos encontramos em meio a uma distopia de ficção científica, diante de um avanço tecnológico inevitável.

Se não podemos retroceder, o que devemos é refletir sobre o futuro que se encontra à nossa porta e moldar o presente para que aquele não seja ainda mais distópico. E, como defende Iamamoto (2004), *os pressupostos para a formação profissional exigem dentre outras coisas*

uma íntima articulação entre a formação acadêmica, o exercício profissional no mercado de trabalho e a organização sindical dos Assistentes Sociais (p. 171).

Desta forma, além da crítica à supervalorização da formação prática voltada para a manipulação do uso de TIC's, devemos também refletir sobre o exercício prático dos assistentes sociais, as requisições institucionais e do capitalismo neoliberal brasileiro e sua incidência sobre o significado social da profissão.

Considerações Finais

O movimento de reconceituação encontrou terreno fértil durante o período de redemocratização do país. O Serviço Social se empenhou no processo de consolidação da hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional (PEP), considerando que a formação do corpo profissional era uma área estratégica e necessária para o alcance deste objetivo.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, em atendimento ao PEP, apresentam uma proposta de formação de assistentes sociais capazes de compreender o significado social da profissão, a formação sócio-histórica brasileira e suas implicações para a Questão Social e para os processos de trabalho da profissão.

Contudo, a neoliberalização da economia, ainda nos anos 1990, apresentou novos contornos para as políticas sociais brasileiras, dentre elas a educação. Disto isto, observou-se que, em atendimento ao capital, a educação é cada vez mais disponibilizada nas prateleiras do mercado, e que o Serviço Social não passou imune à comercialização da formação.

A capacitação para uso de TIC'S e manipulação de inteligência artificial é posta cada dia mais em voga, ao ponto de os currículos acadêmicos estarem cada vez mais voltados para o atendimento destas requisições. Neste esteio, vemos fortalecer formações técnicas e pragmáticas voltadas para a manipulação das demandas imediatas do cotidiano, sem capacidade de análise crítica macrossocial.

Desta forma, entende-se que cada vez mais são colocados limites para a formação profissional. No entanto, estamos e

permaneceremos na contracorrente do capitalismo neoliberal. Por conseguinte, devemos construir estratégias de uso da revolução tecnológica a nosso favor, porém sendo pautadas na análise crítica de seus impactos para os sujeitos usuários e profissionais, e não somente nos abster delas.

Referências

- ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Caderno ABESS, n. 7. São Paulo: Cortez, nov. 1997.
- ABMES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR; INSIGHTS EDUCA. *Inteligência artificial na educação superior*. São Paulo: ABMES, 6 ago. 2024. Disponível em: <https://abmes.org.br/abmes-pesquisas/detalhe/54/inteligencia-artificial-na-educacao-superior>. Acesso em: 4 nov. 2025.
- ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei et al. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Organização de Ricardo Antunes; tradução de Murillo van der Laan e Marco Gonsales. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BANDEIRA, Y. A.; AQUINO, F. J. A. Futuro da educação com inteligência artificial: euforia ou revolução? *Nova Paideia: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, Brasília, DF, v. 7, n. 1, p. 315-331, jan./abr. 2025.
- BEHRING, E. R. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória, ES: Periódicos da UFES, 2018. Disponível em: [arquivo local]. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BORGES, F. A. F. Educação do indivíduo para o século XXI: o relatório Delors como representação da perspectiva da UNESCO. *Revista Labor*, [S. l.], n. 16, v. 1, 2016.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. [S. l.]: EGA, 1996.

GUERRA, Y. A. D. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/YC4WByMy9S8rWF7qwRZff8y/?format=html&lang=pt>.

IAMAMOTO, M. V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SILVA, V. de O. da. *Expansão do EaD nos cursos de Serviço Social: formulações acadêmicas e repercussões em seu projeto profissional*. 2021. 196 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VALENTIM, E. C. de R. B.; PAZ, F. A. R. Serviço Social e TICs: a prática profissional no contexto da Covid-19. *Revista Katálýsis*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 114-124, jan./abr. 2022.

UNINASSAU/PE. *Grade curricular do curso de Serviço Social*. Recife: UNINASSAU, [s. d.]. Disponível em: <https://vestibular.uninassau.edu.br/curso/83/1019/1/servico-social/Recife-PE>. Acesso em: 06 set. 2026